

<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>123.462</b>	<b>1.991</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	6.771	1.026
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	116.690	966
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>193.088</b>	<b>274</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>193.361</b>

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)<sup>1</sup></b>		<b>524.379.492</b>
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>		<b>0,036874</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - &lt;%&gt; 0,104352</b>		<b>547.200</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único art. 22 da LRF) - &lt;%&gt; 0,099135</b>		<b>519.844</b>

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

<sup>1</sup> Valores referentes à Portaria STN nº 328, de 19 de maio de 2011.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em RESTOS A PAGAR não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ELIZABETH RIGHETTI MORAIS  
Secretária de Orçamento e Finanças

RONALDO CUNHA BARRETO  
Secretário de Controle Interno e Auditoria

REGINA CÉLIA M. S. HICKMAN DOMENICI  
Diretora-Geral

3ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Portaria 41 de 25.05.2011, que torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, referente ao período de maio/2010 a abril/2011, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 27.05.2011, na pág. 242, no valor indicado para Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), referentes às Despesas Executadas (Últimos 12 meses) coluna Liquidadas onde se lê; 6.309 leia-se "6.039".

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

5ª REGIÃO

ATO Nº 168, DE 24 DE MAIO DE 2011

A DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma dos Anexos a seguir:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1.º QUADRIMESTRE DE 2011

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO /2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>680.938</b>	<b>3.779</b>	<b>684.717</b>
Pessoal Ativo	492.332	3.768	496.100
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Jud. c/ Precat. (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	3.705	-	3.705
Demais Despesas com Pessoal Ativo	488.627	3.768	492.395
Pessoal Inativo e Pensionistas	188.606	11	188.617
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais c/ Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	-	-	-
Demais desp. Com Pessoal Inativo e Pensionistas	188.606	11	188.617
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceiriz. (art.18, § 1º LRF)	-	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)</b>	<b>216.909</b>	<b>3.778</b>	<b>220.687</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	3.705	-	3.705
Despesas de Exercícios Anteriores	30.435	3.778	34.213
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	182.769	-	182.769
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL. (III) = (I - II)</b>	<b>464.029</b>	<b>1</b>	<b>464.030</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>524.379.492</b>
<b>% DA DESP. TOTAL C/ PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100</b>	<b>0,088491%</b>	<b>0,000000%</b>	<b>0,088491%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,207065%</b>		<b>1.085.806</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,196712%</b>		<b>1.031.516</b>

FONTE: SIAFI e SVCONT/D.G./TRT5

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, or força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo, sendo R\$ 2.394 Precatórios da Administração Direta - Ação 0005 e R\$ 1.312 Setenças de Pequeno Valor - Ação 0625.

3) O valor de R\$ 24.143 refere-se a Destaque recebido para pagamento de Precatórios da Administração Indireta - Ação 0005 que não compõe este demonstrativo, conforme Acórdão 346/2006 - TCU - Plenário e Manual página 15.